

Moralização aos arrancos

Villas-Bôas Corrêa



Os justos aplausos à inédita decisão da Mesa da Câmara cassando os mandatos dos deputados Felipe Cheide e Mário Bouchardet — duas ilustres flores do buquê do PMDB e campeões dos gazeteiros — não chegaram a despertar o entusiasmo caloroso da opinião pública. E não foi por alguma avaliação injusta ou mesquinha mas, muito provavelmente, pela contenção da desconfiança, embrulhada em surpresa e amarrada com o barbante da incredulidade.

La é verdade: que o Congresso vinha emitindo sinais de coceira moralizadora, espécie de urticária que avermelha a pele irritada da criança e depois passa sem deixar vestígio.

Encurralado pela cobrança da opinião pública, sentindo-se aguçado pela desmoralização que, em vagas de ressaca, arrebatavam diante das suas vitórias, o Legislativo sentiu que não dava mais para ignorar o desgastante seriado dos erros, omissões, ociosidade e, falando claro, de escândalos cabeludos, de envergonhar até os que não são muito chegados ao rubor nas bochechas.

O diabo é que Câmara e Senado, funcionando em dupla soldada pelo espírito de classe, alternavam as marteladas no cravo com mais frequentes e firmes pancadas na ferradura. E, para mal dos pecados, com o angü encaroçado por justificativas de uma indigência de doer, na repetição de velhas desculpas escapistas.

A Câmara decidiu, corajosamente, cumprir seu mais elementar dever de aplicar o regimento, descontando o *jeton* — que remunera o parlamentar que comparece às sessões — dos faltosos que compõem o cenário habitual do plenário às moscas, registrado pelas câmeras de TV e que pingam, quase todos os dias, as gotas corrosivas de desmoralização da instituição por todo o país, para os milhões de telespectadores globais e dos outros canais de mais modesta audiência.

O Senado tentou corretivo semelhante, depois recuou e já não se sabe bem se os senadores embolsam o que só têm direito quando trabalham ou se reincidiram no velho costume descara-do de faturar a taxa da malandragem, passando recibo falsificado.

A veemência da crítica, os dirigentes do Congresso responderam com o chorrilho de tolices dos clichês veteranos. O Congresso está sendo vítima de uma campanha orquestrada de interessados em desestabilizar a transição democrática. O coitadinho precisa providenciar, com a maior urgência, esquema de defesa. E a ideia que ocorre, recolhida do mofo do ridículo, é a instalação de uma emissora de TV do Congresso e, de lambuja, uma estação de rádio.

Essa sugestão estapafúrdia, de uma tão crassa estupidez, foi discutida a sério pelos ilustres membros das mesas da Câmara e Senado e ainda não de todo afastada, embora boterrada pela enxurrada da escandalizada reação nacional.

Não é preciso muito esforço de imaginação para antever o descalabro de uma emissora de TV e estação de rádio operadas pelo Congresso e dedicadas à cobertura dos trabalhos legislativos.

Se o Congresso não consegue preencher, decentemente, meia hora diária de noticiário pela *Voz do Brasil*, imagine-se programação de manhã à noite, em massificação de monotonia mortificante, com a chatice de doses cavalares de discursos do nível que se sabe de eloquência, entrevistas sobre coisa nenhuma ou sobre projetos de interesse eleitoreiro e mais o registro do vazio, do nada, das sessões sem *quorum*, das ordens do dia que se repetem, meses a fio, à espera de que o plenário disponha-se a dedicar uma tarde à votação da penca de projetos velhos de meses e anos.

As cassações dos deputados que desprezavam a Câmara não merecem o mais leve reparo. Medida exemplar.

Não pode é ficar aí. Nem continuar na sinuosidade que alterna impulsos de arrependimento, como pecador que bate no peito a confissão das culpas e jura corrigir-se e não resiste à recaída na esbórnia dos aumentos duplicados de subsídios, do fixo e do variável, na indecorosa manobra da aprovação da rifa das vantagens no atropelo combinado para pegar o plenário desprevenido e criar o fato consumado, antes da reação dos poucos que se opunham à sem-vergonhice.

A reabilitação do Congresso, ensaiada no contraditório de algumas providências positivas — que estão dando certo, forçando o comparecimento dos ociosos, — necessita muito mais: varredura em regra no lixo das mordomias, enquadramento dos servidores em excesso desbragado em normas que pelo menos exijam presença e um mínimo de trabalho, faxina para valer na imoralíssima distribuição de sinecuras a parentes e apaniguados nos cachos pendurados nos gabinetes dos parlamentares — a grande maioria sem absolutamente nada para fazer, nem mesmo a maçada do simples comparecimento.

E muito mais. Um mínimo de organização do quadro partidário para que o plenário possa funcionar sem o tumulto da improvisação de acertos a cada espaçada votação.

Mais ainda: a complementação da Constituição das esperanças é que se esvazia a olhos vistos, com avanços engasgados na indefinição ou descambando para o caos do grevismo que não se disciplina nas normas reguladoras de um direito que, apesar de amplo, se acolchoa em restrições não explicitadas.

A reabilitação do Congresso, que deslizava na rampa de assustadora desmoralização, ameaçando o final da transição, é mutirão que convoca todo o país. Mas que só pode ser deflagrada de dentro para fora, envolvendo e conquistando o apóio e a confiança popular.

As cassações assinalam, até aqui, a medida mais severa e estimulante. Não basta. Parar nelas é como enxotar moscas do teto e anunciar que a casa, apesar das teias de aranha nos cantos e da poeira que cobre o chão, foi reformada e está em estado de nova, de novinha em folha.